



A PRÁTICA INCLUSIVA: UM OLHAR DE DOCENTES ACERCA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE –PB

Jayne de Andrade Vieira

jayne.andrade@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho insere discussões de pesquisa de iniciação científica que tem por objetivo analisar algumas considerações sobre o projeto da cota PIBIC – 2012/2013. A prática social da inclusão norteia-se pela visão do modelo social da deficiência, o qual defende que é a sociedade que deve se adequar as pessoas que apresentam necessidades especiais. Apesar dos avanços no âmbito da inclusão, no Brasil ainda existem diversas barreiras que impedem a prática da educação inclusiva. Com base nisso, o presente artigo tem o objetivo de analisar a perspectiva dos professores acerca da inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) nas salas de ensino regular de duas escolas da rede estadual da cidade de Campina Grande – PB. Nossa proposta metodológica nesta investigação foi trabalhar com uma pesquisa quantitativa e fontes orais, tendo como técnica a entrevista semi-estruturada, por partir de um roteiro básico e não padronizado. Diante deste pressuposto de análise apresentaremos os resultados, que de forma geral, apontaram que as escolas pesquisadas possuem avanços com relação à inclusão por possuírem salas de Atendimento Educacional Especializado, porém, com muitas fragilidades apresentadas no decorrer deste trabalho. Porém, mesmo diante de todas as barreiras encontradas as escolas ainda buscam lidar com as diferenças e construir uma educação melhor para seus alunos, tecendo estratégias que visem diminuir o impacto das dificuldades existentes, com o objetivo de contribuir para as discussões e avanços sobre o tema.

Palavras Chave: Educação, Inclusão, Professores, educação inclusiva.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a educação brasileira, tratou a educação especial como algo paralelo ao ensino regular. Somente com os avanços legais e institucionais, frutos de estudos sobre educação inclusiva, que se criou um novo paradigma.

Nas últimas décadas ocorreram muitas modificações na educação para crianças e adolescentes com necessidades especiais. E, Segundo Glat (2004) foi a partir da década de 1960 que teve início a luta pela inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. No entanto, no Brasil as políticas sociais direcionadas a pessoa com deficiência surgem nos anos de 1990, a partir da Constituição de 1988, sendo responsabilidade do Estado (ROY apud Sousa, 2011, p.220).

Com relação à área educacional,



No caso específico do Brasil, foi no início da década de sessenta (século XX) que foi inserida na Política Nacional da Educação a questão da “educação de deficientes” ou da “educação especial”, dando origem, assim, às denominadas “classes especiais”, as quais atendiam alunos com deficiências de tipos diferentes em uma única sala e funcionava no mesmo espaço físico das escolas públicas de ensino regular. (SOUSA, 2011, p.223).

Em 1980, com o país vivendo o processo de redemocratização, aconteceram reformas importantes das políticas educacionais, comprometidas com a universalização do acesso e com a democratização do acesso. Na metade desta mesma década, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que além de afirmar o direito público de educação para todos, registrou no Art. 208, como dever do Estado, a garantia do atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A discussão sobre a perspectiva da construção de uma escola inclusiva em nossa realidade acentuou-se nos anos de 1990 no contexto de reformas educacionais significativas, os grandes avanços que marcaram aquela época foram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), que em seu Art. 1º ressalta que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC/SEESP, 2001) Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) firmada na Espanha, os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1999), dentre vários outros documentos que são relevantes na defesa do direitos a todos a educação.

Com o fim do governo de Fernando Collor de Melo, no final de 1992, houve uma reorganização dos Ministérios onde novamente reapareceu a Secretaria de Educação Especial (SEESP), agora como um órgão específico do Ministério da Educação.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), em seu capítulo 5º, apresenta as normas da educação especial com as regras para a inclusão de pessoas com necessidades especiais em que está previsto o respeito às



especificidades da deficiência de cada indivíduo. No segundo inciso do artigo 58º defende que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas do aluno, não for possível a sua interação nas classes comuns.

Esses vários momentos que a educação especial brasileira vivenciou, foram marcados por atores sociais diversos que contribuíram para a efetivação de conquistas muito relevantes, provando que não precisa ser deficiente para entender o que eles necessitam. A busca por igualdade, por maior garantia de direitos se tornou uma luta que envolve toda sociedade. A Constituição de 1988 é prova concreta desses avanços, apesar de a mesma estar voltada mais para a seguridade, para a reabilitação e trabalho e bem menos para a educação.

Desta forma, entendemos que o paradigma de inclusão ainda é algo bastante recente na sociedade brasileira, por isso ainda é muito discutido. O termo, muitas vezes entendido e visto como uma inovação, não é identificada de forma positiva, em uma realidade quase sempre conservadora. Porém, o sentido da inclusão, nada mais é, do que aceitar e garantir o direito de todos independentes das diversidades presentes em cada ser.

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa:

[...] Inclusão... 4. Educ. Esp. O ato de incluir pessoas portadoras de necessidades especiais na plena participação de todo o processo educacional, laboral, de lazer, etc., bem como em atividades comunitárias e domésticas [...]. (Ferreira, 1999, p.1093)

A inclusão é um processo, como aponta Claudia Werneck (1997, p.52) que “[...] *normalizar uma pessoa não significa torná-las normal. Significa dar a ela o direito de ser diferente e ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade.*” A autora também vem afirmando que “*incluir é humanizar caminhos*”, indo muito além da garantia de direitos. Como expressa Sassaki (1997), a inclusão social é um processo no qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais. Está presente na própria Constituição Federal o princípio de igualdade, garantindo a todos as oportunidades de serem inseridos no âmbito social sem qualquer discriminação de peculiaridades de cada pessoa ou grupo social.



Apesar dos avanços no âmbito da inclusão, no Brasil ainda existem diversas barreiras que impedem a prática da educação inclusiva. Muitas pessoas continuam privadas de escolaridade, constituindo-se, dessa forma, enormes desafios para a Política Pública Educacional, que deve ser constantemente repensada, discutida e elaborada, para poder garantir, não só a inserção, mas também uma boa qualidade de ensino a todos os alunos da rede escolar do país.

De acordo com o estudo de Glat & Ferreira (2003) o cenário pós-LDB, já mencionada, tem mostrado também maior atenção à diversidade do alunado nas revisões curriculares e de diretrizes da escola básica, associada à flexibilização das formas de organização curricular, acesso e avaliação. Nesse ponto, o desafio da qualidade é o que mais se destaca, já que a ampliação do acesso ao Ensino Fundamental tem priorizado os aspectos da otimização dos recursos orçamentários, humanos e físicos já disponíveis, construindo uma escola mais aberta e nem assim mais inclusiva.

Com base nisso, o presente trabalho teve como objetivo identificar e analisar as condições de inclusão de alunos, crianças e adolescentes, com necessidades educacionais especiais (NEE) nas salas de ensino regular em escolas da rede estadual da cidade de Campina Grande – PB, para contribuir com as discussões e avanços sobre o tema, além de poder contribuir com o debate acerca do mesmo, servindo de reflexão, em especial para quem já estuda e trabalha a efetivação da educação inclusiva.

METODOLOGIA

Temos como proposta metodológica nesta investigação, trabalhar com fontes orais, tendo como técnica a entrevista semi-estruturada, por partir de um roteiro básico e não padronizado.

O universo da pesquisa é constituído por duas escolas da rede de ensino pública estadual, localizada na zona urbana do município de Campina Grande-PB e que recebem nas salas do ensino regular alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) , além de contar com o apoio da sala de recurso que complementa as atividades pedagógicas para os alunos com deficiência. Foram selecionadas as salas de aula regulares que atendem alunos com necessidades educacionais especiais. Nesta escola foram pesquisados professores dos alunos que possuam NEE. Dentre as escolas pesquisadas estão: Escola Estadual de Ensino



Fundamental Augusto dos Anjos e a Escola Estadual Senador Humberto Lucena. Sendo selecionadas porque, em prévia visita à 3ª Região de Ensino, nos foi informado serem estas as escolas que possuem um maior número de crianças com NEE.

Assim, trabalhamos com a pesquisa qualitativa, tendo em vista que a escola é um espaço constituído de elementos que se inter-relacionam e se manifestam em uma realidade concreta. A metodologia qualitativa segundo Minayo, “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e reações humanas, um lado não captável em equações, médias e estatísticas” (1994, p. 94). A pesquisa, que é qualitativa, é indicada quando o fenômeno ocorre em um contexto bem delimitado e busca-se compreender tal fenômeno a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. A opção metodológica pela pesquisa qualitativa nos levou a utilizar os seguintes recursos investigativos: consultas às fontes bibliográficas, a observação participante, que nos permite identificar os aspectos da vida dos sujeitos, das suas ações e dos seus significados (Chizzotti, 1991).

Os dados quantitativos serão agrupados, analisados e apresentados sob a forma de tabelas e por meio de estatística descritiva. Os aspectos subjetivos da investigação foram coletados por meio da pesquisa qualitativa, sendo submetidos à análise de conteúdo, a fim de compreendermos o sentido das comunicações e suas significações explícitas ou ocultas.

Desta forma, através da análise de conteúdo das falas, buscamos responder aos questionamentos que norteiam nossa pesquisa. Esperamos, ainda, estarmos contribuindo, através da construção de conhecimento, para a temática da educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos professores pesquisados

Para traçarmos o perfil dos professores, fizemos uma análise a partir de um roteiro de entrevista feito com sete (7) professores que lecionam nas escolas selecionadas nesta pesquisa.

Tabela 1 – Perfil dos professores pesquisados.



Perfil dos Professores entrevistados	Prof.1	Prof.2	Prof.3	Prof.4	Prof.5	Prof.6	Prof. 7
Sexo	Fem.						
Idade	39 Anos	47 Anos	60 Anos	37 Anos	40 anos	28 Anos	40 Anos
Grau de escolaridade	Superior Completo	Superior completo	Superior completo	Superior completo	Cursando superior	Superior completo	Superior completo
Tempo que leciona a alunos com NEE	Três (3) anos	Um (1) ano	Dez (10) anos	Seis (6) anos	Nove (9) anos	Seis(6) Anos	Três(3) Anos

Fonte: Trabalho de Campo.

Como podemos observar na tabela acima, todos os professores que fizeram parte da pesquisa são do sexo feminino. A faixa etária de idade das mesmas varia entre vinte e oito (28) até quarenta e sete (47) anos, apenas uma professora tem sessenta (60) anos.

Com relação ao grau de escolaridade, este eixo nos chama a atenção, porque apesar de a maioria dos professores possuírem ensino superior completo, as universidades brasileiras ainda não dispõem de componentes curriculares específicos que dê suporte aos professores para enfrentar essas situações na sala de aula. Assim, além de todos os desafios existentes nas escolas, eles ainda têm que enfrentá-los sem uma preparação que dê um suporte básico para lidar com tais questões.

Já no que diz respeito ao tempo de ensino a alunos com NEE, esse tempo se diversifica bastante. Varia de um (1) a dez (10) anos. E apesar do maior tempo que alguns professores trabalham com estes alunos, eles afirmam que ainda possuem muitas dificuldades no convívio diário com os alunos que possuem deficiências ou déficits educacionais. É o que veremos mais adiante nos discursos feito por eles e analisados a seguir.

Perspectivas dos professores pesquisados frente à inclusão educacional



A partir das entrevistas realizadas com sete (7) professores da rede estadual de ensino, serão feitas análises de como se encontra a realidade, os aspectos positivos e negativos, as vitórias e os impasses vivenciados pelos sujeitos pesquisados.

Desta forma dividimos esta etapa dos resultados fazendo pontuações acerca de eixos temáticos, a partir do que foi relatado pelos professores. O primeiro eixo abordará a óptica dos professores sobre as condições que a escola oferece para que se realize um trabalho com qualidade aos alunos com NEE. No segundo, abordaremos a avaliação dos professores quanto a sua formação para trabalhar dentro da sala de aula com as especificidades de cada aluno. E, finalmente, no terceiro eixo e último eixo, visualizar a opinião deles acerca da educação inclusiva. Assim, vejamos.

1º Eixo: A escola oferece condições para que você realize um trabalho com qualidade aos alunos com NEE?

De forma nenhuma, porque assim... a única coisa que ela tem a mais é a sala de recurso (sala de AEE), não tem um material adequado. Tem na sala de recursos e mesmo assim só os professores da sala tem acesso. O material é muito pouco, a gente tem que ir buscar fora pra fazer um trabalho melhor.
(Professor 1- Escola Senador Humberto Lucena)

Não! E material específico a gente não tem, aí tem que ficar adaptando [...] **(Professor 2- Escola Senador Humberto Lucena)**

Sim! A escola sempre se mostrou aberta a inclusão... Oferece tudo que está ao seu alcance, com uma gestão democrática... Se mostrando sempre interessada nessa causa. **(Professor 6- Escola Augusto dos Anjos)**

Diante do discurso das professoras fica evidente que, uma das escolas pesquisadas, não possui um suporte total para que eles possam receber e trabalhar da maneira mais correta. Os materiais geralmente não chegam até as mesmas ou são insuficientes.

Apesar da existência da sala de AEE ainda falta uma organização que forme um elo entre as salas regulares e a sala de AEE, pois é



necessário um trabalho conjunto, já que esta última possui certos materiais específicos que precisam ser repassados aos demais professores. Mas vale salientar que a preparação para trabalhar com tais acessórios de ensino também é fundamental. Por isso, as parcerias dentro da própria escola devem ser conquistadas e transmitidas.

Outro aspecto levantado por elas é sobre a capacitação dos mesmos. As escolas, como previsto em lei, inserem alunos com necessidades especiais, mas não buscam preparar os professores, que são os principais impulsionadores desse processo de inclusão, são eles que estão cotidianamente vivenciando a realidade, dentre os avanços e desafios dos alunos.

2º Eixo: Você recebeu ou recebe algum tipo de qualificação para trabalhar com alunos com necessidades especiais?

Não! Essa é a nossa grande dificuldade. No governo eles dizem que tem o estatuto... tem tudo... que os professores que tem aluno especial na sala de aula que vem uma remuneração a mais, que vem uma pessoa pra nos auxiliar, mas que só até agora no papel. **(Professor 3 - Escola Senador Humberto Lucena)**

Ao longo desses nove anos eu já fiz mais de trinta cursos na área de deficiência não só a visual que é a minha especifica [...] mas como existem os cegos que tem outras necessidades e também outras deficiências juntas então a gente acaba tendo essa formação... pela necessidade que a escola tem de formar os profissionais, a gente acaba tendo realmente... foram anos , não é fácil não! Nem é todo ano que tem, mas tem anos que tem dois três que a gente vai, pra onde tiver... aprender .” **(Professor 5 - Escola Augusto dos Anjos)**

No que se refere a essa questão podemos destacar dois pontos muito importantes.

O primeiro ponto é quanto ao fato de o governo está sempre pautando a inclusão educacional e seus aspectos quantitativos, afinal de contas o índice de alunos matriculados nas escolas públicas evidentemente cresceu



nesses últimos anos, mas cabe nos perguntar em quais reais condições isso está acontecendo? É fácil criar uma sala de recursos, mas de forma totalmente fragilizada, os materiais chegam de forma fragmentada, como observamos durante a pesquisa uma das escolas recebeu parte dos materiais só que não possui uma sala adequada para o atendimento especializado, não existe um preparo escolar, tanto no que diz respeito aos horários para que se realizem esses atendimentos e também quanto aos profissionais que por esta sala ficarão responsabilizados.

Além disso, sabemos que os recursos para qualificar os professores das salas regulares são escassos, deixando-os sem informação necessária para lidar com as características e implicações das deficiências de cada aluno.

E o segundo ponto relevante é que vimos na segunda fala acima destacada, que existem alguns cursos especializados que qualificam a aprendizagem do professor no que tange a inclusão de alunos especiais.

Portanto, a dinâmica entre a educação e o Estado precisa urgentemente ser debatida e revista para que o ensino e as práticas inclusivas caminhem junto ao passo do que é investido para que esses recursos não se tornem apenas dados quantitativos e sem qualidade, é necessário mais planejamento.

Tabela 2: Avaliação dos professores quanto a sua formação para trabalhar com alunos com NEE.

Formação para trabalhar com alunos com NEE	Nº professores entrevistados
Bem preparado	1
Mais ou menos preparado	4
Mal preparado	2
Sem nenhum preparo	0

Fonte: Trabalho de campo

Com base na tabela acima, percebemos que a maioria dos professores das escolas da rede regular de ensino não se sente preparados para lecionar alunos com necessidades educacionais especiais. Tendo em vista sua



formação e a falta de capacitação por eles mencionada, se torna inviável transmitir um ensino de qualidade. Sabemos que o ensino superior brasileiro ainda não especifica disciplinas, em seus componentes curriculares, que sejam diretamente ligadas à educação inclusiva. Assim, os professores entram no campo de trabalho e buscam lidar com as demandas postas, mas sem poder garantir que os alunos com NEE saiam da escola pública preparados para dar continuidade aos estudos e a vida profissional.

3º Eixo: Qual a sua opinião acerca da inclusão de alunos com NEE?

É de fundamental importância né, a inclusão! Se não houver inclusão como esses alunos vão crescer? Eles ficando no cantinho sem ninguém dá um apoio a eles? Precisa incluir ele na sala regular e ter um suporte maior que é a sala de AEE, e esse recurso a mais que trabalha com os jogos, que tão ali corpo a corpo vendo a dificuldade maior, o que tão precisando mais [...]

(Professor 4- Escola Senador Humberto Lucena)

Um processo essencial na vida de todos, tanto dos alunos com NEE como para os com ditos normais, pois eles conquistam sua autonomia e tem a oportunidade de interagir com outras pessoas e trocarem experiências.

(Professor 6 - Escola Augusto dos Anjos)

Analisando esse quesito é perceptível que os professores admitem a educação inclusiva como algo positivo. Importante, tanto para os alunos com algum tipo de deficiência que passam assim a ter experiência para conviver em sociedade independente das suas características, quanto para quem vai conviver com eles, pois os ganhos são inúmeros já que a partir desse elo começa a existir um estreitamento das barreiras entre as pessoas.

As diferenças não podem mais justificar as atitudes de preconceito que infelizmente ainda existem na nossa realidade, visto que os tratamentos de exclusão são resultados de um processo sócio histórico. Aos poucos os que eram excluídos estão ganhando respaldo jurídico e social para que tais atitudes deixem de existir.

São essas iniciativas de inclusão nos espaços sociais que transmitem e inspiram

a todos para aprender a conviver uns com os outros sem discriminações e experiências negativas.

No que tange ao espaço educacional é preciso que condições de trabalho sejam propícias para que a inclusão não se torne exclusão. Essa problemática faz parte do contexto da educação brasileira, mas apesar dos obstáculos os frutos conquistados com muita luta devem continuar buscando transparências e abrindo leques para que questões relevantes como essa sejam sempre debatidas com embasamento teórico e prático para não ficarem apenas legíveis no papel. A prática inclusiva só terá verdadeiro sentido se for sempre lembrada e realmente validada.

CONCLUSÕES

Diante dos aspectos que viemos tecendo até aqui, com base nos fundamentos teóricos e legais que norteiam a educação inclusiva e das observações e entrevistas realizadas percebemos a relevância da pesquisa para a realidade educacional das Escolas Estaduais de Ensino Regular da Paraíba.

Com vistas nos resultados obtidos podemos refletir acerca do perfil de profissionais que precisamos que se faça presente em nossas escolas, sobre as condições que são propícias para receber e atender os alunos de forma digna e que realmente o prepare e lhe dê suporte intelectual para viver em sociedade, ganhando espaço e usufruindo de seus direitos.

Inicialmente já percebemos algumas limitações e divergências que existem entre os preceitos legais e a prática realizada nestas escolas. Apesar dos avanços que a educação brasileira já obteve e dos direitos já conquistados, é perceptível que grande parte do que teoricamente foi uma vitória, na prática ainda não se efetiva. Existe um conjunto de fatores que contribuem para um processo lento, que na maioria das vezes se conclui de forma equivocada e não crítica sobre a educação inclusiva, como aponta Azevedo (2004) “não se pode esquecer que a escola e principalmente a sala de aula, são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projeto ou modelo educativo que se tenta pôr em ação.” (pág. 59). A educação, assim como as demais áreas sociais está à margem do contexto e decisões de uma conjuntura construída historicamente que definem e implicam na presente realidade.



A dinâmica entre a educação e o Estado precisa urgentemente ser debatida e revista para que o ensino e as práticas inclusivas caminhem junto ao passo do que é investido para que esses recursos não se tornem apenas dados quantitativos e sem qualidade, é necessário mais planejamento.

Desta forma pretendemos a partir do que já foi observado e analisado, poder contribuir para um maior conhecimento da realidade e para os processos de inclusão educacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: texto constitucional de 05 de outubro de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

GLAT, Rosana. FERREIRA, Julio Romero. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**. 2003.

GLAT, R. & PLETSCHE, Marcia Denise. Orientação familiar como estratégia facilitadora do desenvolvimento e inclusão de pessoa com necessidades especiais. In: **4 Revista Educação Especial, nº 24**. Santa Maria, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUSA, Cleônia Mendes de. Refletindo acerca das organizações da sociedade civil e o



atendimento às pessoas com deficiência em Campina Grande (PB). In DAVI, Jordeana. (Org.) **Seguridade Social e Saúde: tendências e desafios**. 2 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: 1994.

_____. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Jomtien, Tailândia: 1990.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**.

